

RELATÓRIO ANUAL 2022.





MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Estamos mais uma vez divulgando o Planejamento Estratégico do Sicoob Frutal para o Exercício Fiscal 2023.

Vale lembrar que o Planejamento Estratégico que fazemos anualmente é baseado no planejamento quadrienal elaborado pelo Sicoob Central Crediminas em sintonia com a Confederação CCS, sendo assim, cada uma das 336 cooperativas de Crédito que compõe o Sistema Sicoob CCS é obrigado a elaborar seu planejamento.

O Planejamento Estratégico é como se fosse a nossa bússola. Por maior que sejam as turbulências na travessia dos quatro anos, as cooperativas têm um rumo a seguir, por esse motivo elaboramos o Planejamento anual de cada cooperativa para realinhar as metas traçadas no plurianual.

Nos anos anteriores tivemos turbulências ocasionadas pela pandemia do Corona Vírus e a guerra entre Rússia e Ucrânia, mesmo assim, nossas metas foram em sua grande maioria alcançadas, apesar das dificuldades enfrentadas.

Para o ano de 2023, iremos deparar com um cenário bastante desafiador, uma mudança de governo depois de uma eleição disputadíssima, polarizada, cheia de promessas sem a preocupação com o orçamento da união, provocando incertezas para o mercado financeiro.

Nossa esperança é que o país não pare de crescer, exigindo novos investimentos em infraestrutura gerando emprego, renda, riquezas e dê condições

para que os investidores honrem seus compromissos e continuem progredindo. De nossa parte, trabalharemos no sentido de atender as necessidades financeiras de nossos associados, promovendo a prosperidade deles e consequentemente de nossa área de atuação.

O Brasil tem tudo para ser uma grande potência mundial, estamos atravessando uma fase ótima em que o mundo necessita muito daquilo que produzimos com fartura e custos inferiores aos de nossos concorrentes. Muito ainda temos a avançar em nosso agro, na mineração e na indústria, sem agredir o meio ambiente. Vai depender muito da habilidade de nosso novo governante para aproveitar a boa fase.

Toda mudança gera um certo desconforto, mas acima de nossos esforços para melhor atender os anseios de nossos cooperados, está a nossa confiança em DEUS, que em sua infinita bondade e sabedoria entendeu que o resultado da eleição será o melhor para os brasileiros de um modo geral. Assim esperamos. Que ELE abençoe a todos nós. Que assim seja.

Fraterno abraço.



Reginaldo Dias Machado
Presidente do Conselho de Administração do Sicoob Frutal

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Reginaldo Dias Machado

Vice-Presidente

Milton da Mata

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dirceu Lopes Furtado

João Arthur Lacerda

Eduardo Flavio de Oliveira Lima

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Operacional

Humberto de Lima Barbosa

Diretora de Negócios

Marcela Trindade dos Santos

Diretor de Controles e Riscos

Jesus de Barros Camargos

CONSELHEIROS FISCAIS EFETIVOS

Alexandra Souza Ferreira Teixeira

Júlio César Leonel

José Luiz de Paula e Silva

ASSESSORIA JURÍDICA

Gatto e Martinussi Advogados

Associados

Este anuário está disponível no site do Sicoob Frutal:

www.sicoob.com.br/web/sicoobfrutal

NÚMEROS DE DESENVOLVIMENTO

ANO Resultado Geral

2016	6.207.515,98
2017	4.717.367,87
2018	6.104.999,24
2019	7.245.050,27
2020	8.897.944,98
2021	12.856.591,33
2022	19.729.249,35

ANO Resultado à Disposição da AGO

2016	1.969.299,15
2017	1.893.941,38
2018	1.129.647,01
2019	1.394.092,80
2020	1.976.391,98
2021	2.797.085,35
2022	4.260.146,99

ANO Depósito à Vista

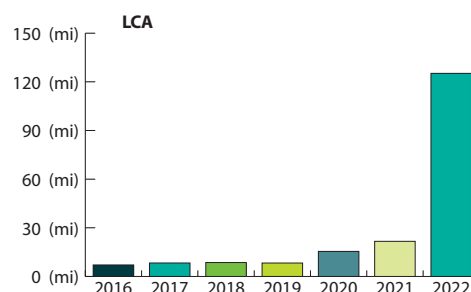
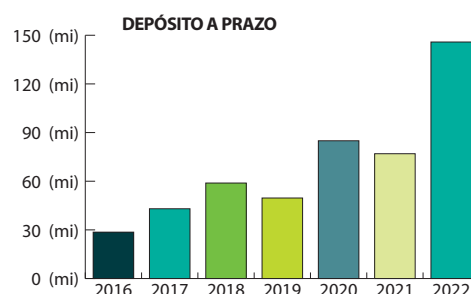
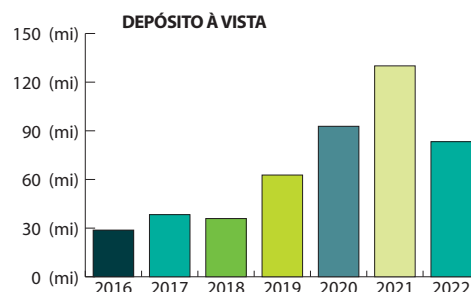
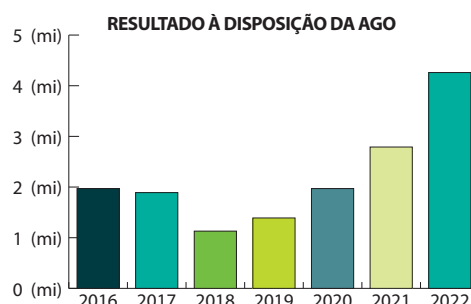
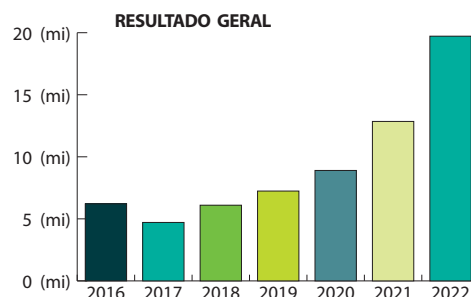
2016	28.788.264,02
2017	38.315.447,03
2018	35.902.789,19
2019	62.763.549,03
2020	92.782.523,45
2021	130.041.860,44
2022	86.301.496,45

ANO Depósito a Prazo

2016	28.606.933,55
2017	43.032.583,77
2018	58.882.766,59
2019	49.651.154,48
2020	84.948.123,36
2021	76.961.362,27
2022	145.832.571,43

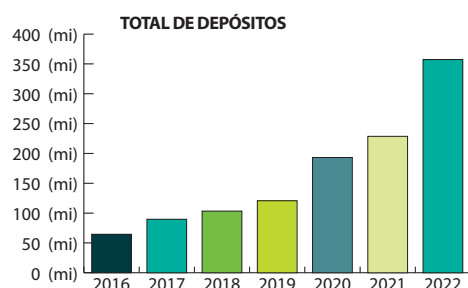
ANO LCA

2016	7.109.461,45
2017	8.312.973,06
2018	8.582.330,51
2019	8.284.851,10
2020	15.458.102,96
2021	21.658.294,39
2022	125.228.640,16

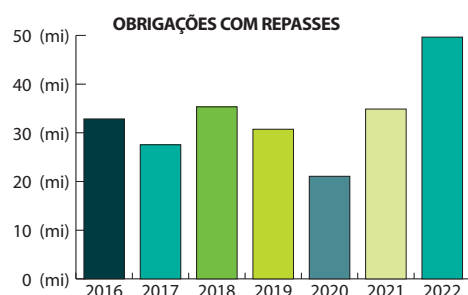




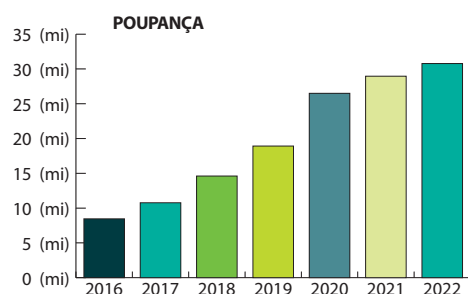
ANO	Total Depósitos
2016	64.504.659,02
2017	89.661.003,86
2018	103.367.886,29
2019	120.699.554,61
2020	193.188.749,77
2021	228.661.517,10
2022	357.362.708,04



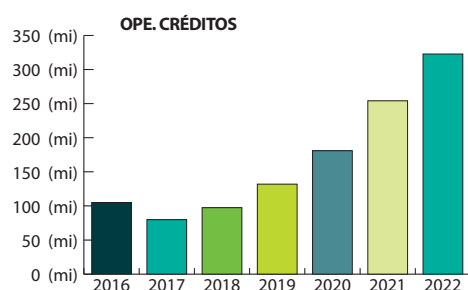
ANO	Obrigações com Repasses
2016	32.852.310,01
2017	27.544.312,12
2018	35.336.094,31
2019	30.739.263,13
2020	21.067.713,85
2021	34.882.201,92
2022	49.645.738,10



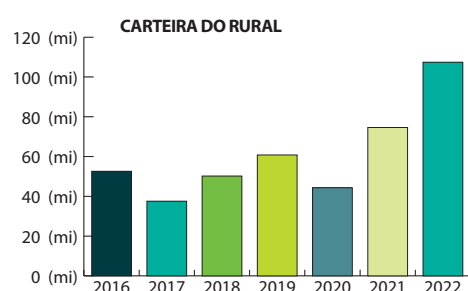
ANO	Poupança
2016	8.458.225,43
2017	10.769.388,94
2018	14.611.638,42
2019	18.918.231,05
2020	26.506.249,78
2021	28.965.294,42
2022	30.784.872,44



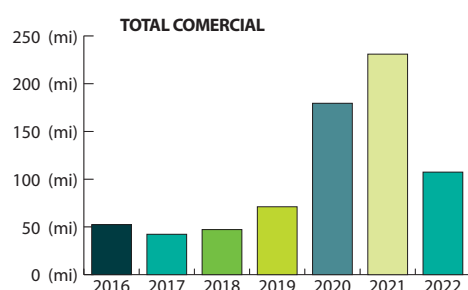
ANO	Operação de Créditos
2016	104.982.008,60
2017	79.864.569,13
2018	97.427.707,14
2019	131.933.820,30
2020	180.945.702,26
2021	254.137.939,91
2022	322.760.284,00



ANO	Carteira de Crédito Rural
2016	52.585.368,00
2017	37.556.509,86
2018	50.203.820,67
2019	60.797.697,19
2020	44.317.023,18
2021	74.619.603,52
2022	107.423.931,65

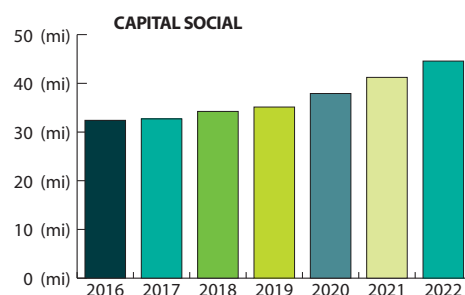


ANO	Carteira de Crédito Comercial
2016	52.396.640,60
2017	42.308.059,27
2018	47.223.886,47
2019	71.136.123,11
2020	136.628.679,08
2021	179.518.336,39
2022	230.988.091,99

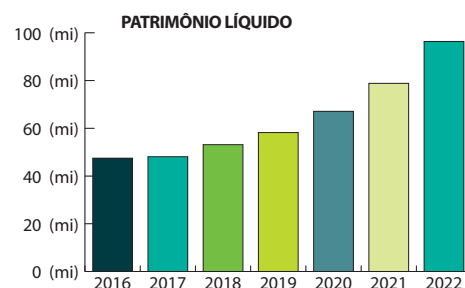


+

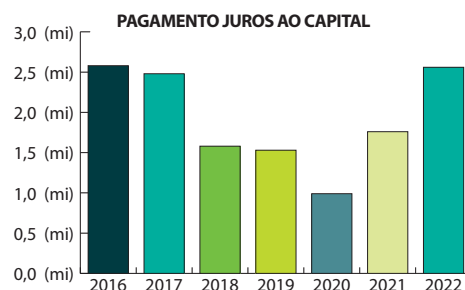
ANO	Capital Social
2016	32.403.545,40
2017	32.694.669,99
2018	34.229.275,33
2019	35.127.907,38
2020	37.909.944,51
2021	41.224.963,66
2022	44.572.802,92



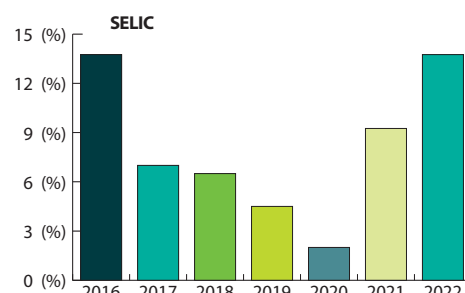
ANO	Patrimônio Líquido
2016	47.469.654,00
2017	48.091.236,78
2018	53.143.774,89
2019	58.210.312,57
2020	67.108.546,44
2021	78.827.227,73
2022	96.380.961,74



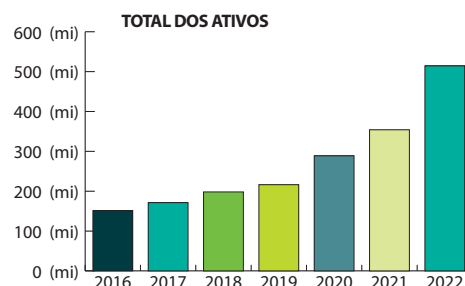
ANO	Pagto. de Juros sobre o Capital
2016	2.578.726,14
2017	2.486.788,48
2018	1.586.411,18
2019	1.531.231,43
2020	992.377,04
2021	1.759.184,92
2022	2.562.108,56



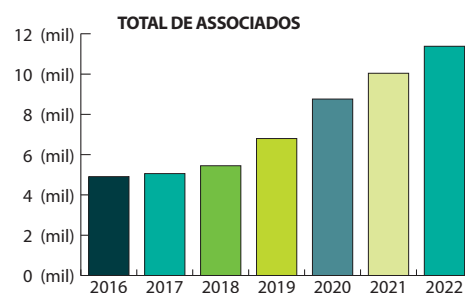
ANO	Taxa Selic
2016	13,75%
2017	7,00%
2018	6,50%
2019	4,50%
2020	2,00%
2021	9,25%
2022	13,75%



ANO	Total dos Ativos
2016	151.090.249,02
2017	171.336.107,70
2018	198.169.021,53
2019	216.302.790,47
2020	288.836.358,28
2021	354.079.833,80
2022	514.454.518,27



ANO	Total de Associados
2016	4.913
2017	5.067
2018	5.454
2019	6.799
2020	8.759
2021	10.041
2022	11.381



+



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Bem-vindos, cooperados e comunidade.

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da cooperativa financeira SICOOB FRUTAL.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

Boa leitura!

1. Contexto Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2,2 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 7 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

3. Nossa cooperativa

O SICOOB FRUTAL é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

4. Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do “RATING” (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 91,78% nos níveis de “AA” a “C”.

5. Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

+++++

A cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6. Sistema de Ouvidoria

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos.

No exercício de 2022, o SICOOB FRUTAL registrou o total de 29 (vinte e nove) manifestações

sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa. Das reclamações, 10 (dez) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos regulamentares, conforme legislação vigente.

7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

8. Demonstrações dos Resultados da Cooperativa

Data-base: 31 de dezembro de 2022.

Unidade de Apresentação: reais.

Grandes números	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Sobras ou Perdas do Exercício - antes do Juros ao Capital	53,46%	19.729.249,35	12.856.591,33
Patrimônio Líquido	22,27%	96.380.961,74	78.827.227,73
Ativos	45,29%	514.454.518,27	354.079.833,80
Depósitos na Centralização Financeira	88,80%	164.945.982,79	87.366.721,92

Número de cooperados	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Total	13,35%	11.381	10.041

Carteira de Crédito	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Carteira Rural	43,96%	107.423.931,65	74.619.603,52
Carteira Comercial	29,33%	230.988.091,99	178.602.987,20
Total	33,64%	338.412.023,64	253.222.590,72



Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2022 o percentual de 28,17% da carteira, no montante de R\$ 95.927.266,67.

Captações	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos à vista	-33,64%	86.301.496,45	130.041.860,44
Depósitos a prazo	89,49%	145.832.571,43	76.961.362,27
LCA	432,21%	115.108.049,98	21.628.248,49
LCI	33583,76%	10.120.590,18	30.045,90
Total	56,28%	357.362.708,04	228.661.517,10

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2022 o percentual de 41,93%

da captação, no montante de R\$ 149.248.604,36.

Patrimônio de referência	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Total	22,64%	90.430.183,33	73.737.964,99

9. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

Conselho de Administração e Diretoria.

+++++

BALANÇO PATRIMONIAL

COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA REGIAO DE FRUTAL LTDA. - SICOOB FRUTAL
SICOOB FRUTAL
CNPJ: 71.419.600/0001-37
BALANÇO PATRIMONIAL
Em Reais

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO		514.454.518,27	354.079.833,80
DISPONIBILIDADES	4	2.322.491,66	1.857.939,42
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		519.652.780,72	343.809.917,57
Títulos e Valores Mobiliários	5	10.110.769,20	-
Relações Interfinanceiras		164.945.982,79	87.366.721,92
Centralização Financeira		164.945.982,79	87.366.721,92
Operações de Crédito	6	338.412.023,64	253.222.590,72
Outros Ativos Financeiros	7	6.184.005,09	3.220.604,93
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(17.032.675,12)	(11.520.756,21)
(-) Operações de Crédito	6	(15.651.739,64)	(10.822.216,39)
(-) Outras	7.1	(1.380.935,48)	(698.539,82)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	8	392.351,20	179.981,73
OUTROS ATIVOS	9	3.480.979,44	6.081.120,11
INVESTIMENTOS	10	-	8.839.174,94
IMOBILIZADO DE USO	11	9.509.423,42	8.035.471,52
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	11	(3.870.833,05)	(3.203.015,28)
TOTAL DO ATIVO		514.454.518,27	354.079.833,80
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		514.454.518,27	354.079.833,80
DEPÓSITOS	12	232.134.067,88	207.003.222,71
Depósitos à Vista		86.301.496,45	130.041.860,44
Depósitos a Prazo		145.832.571,43	76.961.362,27
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		176.070.982,70	56.966.315,95
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	13	125.228.640,16	21.658.294,39
Relações Interfinanceiras		49.645.738,10	34.882.201,92
Repasse Interfinanceiros	14	49.645.738,10	34.882.201,92
Outros Passivos Financeiros	15	1.196.604,44	425.819,64
PROVISÕES	16	2.459.939,93	1.870.215,23
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	17	632.967,43	421.244,52
OUTROS PASSIVOS	18	6.775.598,59	8.991.607,66
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19	96.380.961,74	78.827.227,73
CAPITAL SOCIAL		44.572.802,92	41.224.963,66
RESERVAS DE SOBRAS		47.548.011,83	34.805.178,72
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		4.260.146,99	2.797.085,35
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		514.454.518,27	354.079.833,80

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



SICOOB FRUTAL
CNPJ: 71.419.600/0001-37
DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS
Em Reais

SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES	11.645.236,76	17.167.140,79	11.097.406,41
--	----------------------	----------------------	----------------------

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SICOOB FRUTAL
CNPJ: 71.419.600/0001-37
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Em Reais

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

10

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA REGIAO DE FRUTAL LTDA. - SICOOB FRUTAL
SICOOB FRUTAL
CNPJ: 71.419.600/0001-37
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em Reais

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2020		37.915.642,01	(5.697,50)	27.222.209,95	1.976.391,98	67.108.546,44
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Distribuição de sobras para associados		974.526,83	0,00	0,00	(1.976.391,98)	(1.001.865,15)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		3.763.848,15	3.842,50	0,00	0,00	3.767.690,65
Por Devolução (-)		(3.120.861,55)	0,00	0,00	0,00	(3.120.861,55)
Estorno de Capital		(200,00)	0,00	0,00	0,00	(200,00)
Reversão/Realização de Fundos		0,00	0,00	0,00	88.882,23	88.882,23
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		0,00	0,00	0,00	12.856.591,33	12.856.591,33
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0,00	0,00	0,00	(1.759.184,92)	(1.759.184,92)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		1.693.863,22	0,00	0,00	0,00	1.693.863,22
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva		0,00	0,00	7.582.968,77	(7.582.968,77)	0,00
FATES - Atos Cooperativos		0,00	0,00	0,00	(541.640,63)	(541.640,63)
FATES - Atos Não Cooperativos		0,00	0,00	0,00	(264.593,89)	(264.593,89)
Saldos em 31/12/2021		41.226.818,66	(1.855,00)	34.805.178,72	2.797.085,35	78.827.227,73
Saldos em 31/12/2021						78.827.227,73
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Distribuição de sobras para associados		1.404.322,59	0,00	0,00	(2.797.085,35)	(1.392.762,76)
Outros Eventos/Reservas		0,00	0,00	814.421,54	0,00	814.421,54
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		3.444.421,04	(205,00)	0,00	0,00	3.444.216,04
Por Devolução (-)		(3.922.123,24)	0,00	0,00	0,00	(3.922.123,24)
Estorno de Capital		(7.225,42)	0,00	0,00	0,00	(7.225,42)
Reversão/Realização de Fundos		0,00	0,00	0,00	408.979,80	408.979,80
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		0,00	0,00	0,00	19.729.249,35	19.729.249,35
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0,00	0,00	0,00	(2.562.108,56)	(2.562.108,56)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		2.428.649,29	0,00	0,00	0,00	2.428.649,29
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva		0,00	0,00	11.928.411,57	(11.928.411,57)	0,00
FATES - Atos Cooperativos		0,00	0,00	0,00	(852.029,40)	(852.029,40)
FATES - Atos Não Cooperativos		0,00	0,00	0,00	(535.532,63)	(535.532,63)
Saldos em 31/12/2022		44.574.862,92	(2.060,00)	47.548.011,83	4.260.146,99	96.380.961,74
Saldos em 30/06/2022						83.765.126,45
Outros Eventos/Reservas		0,00	0,00	814.421,54	0,00	814.421,54
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		1.436.254,41	(1.580,00)	0,00	0,00	1.434.674,41
Por Devolução (-)		(2.728.339,06)	0,00	0,00	0,00	(2.728.339,06)
Estorno de Capital		(225,42)	0,00	0,00	0,00	(225,42)
Reversão/Realização de Fundos		0,00	0,00	0,00	408.979,80	408.979,80
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		0,00	0,00	0,00	13.094.496,29	13.094.496,29
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0,00	0,00	0,00	(1.449.259,53)	(1.449.259,53)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		2.428.649,29	0,00	0,00	0,00	2.428.649,29
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva		0,00	0,00	11.928.411,57	(11.928.411,57)	0,00
FATES - Atos Cooperativos		0,00	0,00	0,00	(852.029,40)	(852.029,40)
FATES - Atos Não Cooperativos		0,00	0,00	0,00	(535.532,63)	(535.532,63)
Saldos em 31/12/2022		44.574.862,92	(2.060,00)	47.548.011,83	4.260.146,99	96.380.961,74

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Em Reais

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

12

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Em Reais (R\$)

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMIS-
SAO DA REGIAO DE FRUTAL LTDA. - SICOOB FRUTAL,
doravante denominado SICOOB FRUTAL, é uma Co-
operativa de Crédito

Singular, instituição financeira não bancária,
fundada em 09/09/1993, filiada à COOPERATIVA

CENTRAL CRÉDITO DE MINAS GERAIS LTDA –
SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e componente da
Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob
– SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras
Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua consti-
tuição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº
4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Institui-
ções Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº
5.764/1971, que define a Política Nacional do Coope-
rativismo e institui o regime jurídico das sociedades
Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que
dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Coopera-
tivo; pela Resolução CMN nº 4.434/2015, que dispõe
sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas
de Crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que
dispõe sobre os processos de autorização de funciona-
mento das instituições que especifica.

O SICOOB FRUTAL, sediado à PRAÇA DA MATRIZ,
Nº 80, CENTRO, FRUTAL - MG, possui 6 Postos de Aten-
dimento (PAs) nas seguintes localidades: PIRAJUBA -
MG, FRONTEIRA - MG, FRUTAL – MG, COMENDADOR
GOMES – MG.

O SICOOB FRUTAL tem como atividade prepon-
derante a operação na área creditícia e como finalida-
des:

(i) Proporcionar, por meio da mutualida-
de, assistência financeira aos associados;

(ii) Formar educacionalmente seus asso-
ciados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com
a ajuda mútua da economia sistemática e o uso ade-
quado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vi-
gentes, as seguintes operações, entre outras: captação
de recursos; concessão de créditos; prestação de ga-
rantias; prestação de serviços; formalização de convê-
nios com outras instituições financeiras; e aplicação de
recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a
prazo com ou sem emissão de certificado, visando pre-
servar o poder de compra da moeda e remunerar os
recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações financeiras foram elabora-
das de acordo com as práticas contábeis adotadas no
Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autoriza-
das a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB.
Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº
6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pe-
las Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as
instruções constantes nas Normas Brasileiras de Con-
tabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às en-
tidades Cooperativas); as orientações concedidas pela
Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pela Lei Com-
plementar nº 130/2009; e normas emanadas pelo BCB
e Conselho Monetário Nacional – CMN, consolidadas
no Plano Contábil das Instituições do Sistema Finan-
ceiro Nacional – COSIF, consoante à Resolução CMN
nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020.

Em função do processo de convergência com
as normas internacionais de contabilidade, algumas
normas e interpretações foram emitidas pelo Comi-
tê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são
aplicáveis às instituições financeiras somente quando
aprovas pelo BCB, naquilo que não confrontar com
as normas por ele emitidas anteriormente, conforme

contrato não especificar valor de pagamento.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e quanto a designação e ao reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional; a elaboração do plano de implementação desse normativo, no que tange às alterações a serem aplicadas a partir de 1º/1/2025, além da sua aprovação e divulgação. O resumo do plano de implantação, conforme artigo 76 inciso II, é apresentado na nota nº 38.

Consolidação do Cosif: no intuito de conciliar em ato normativo único as rubricas de cada um dos grupos contábeis que compõem o Elenco de Contas do Cosif, segundo a Resolução BCB nº 92/2021, o Banco Central do Brasil divulgou em 1º/4/2022 as Instruções Normativas mencionadas a seguir, com entrada em vigor a partir de 1º/7/2022: Instrução Normativa nº 268, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável; Instrução Normativa nº 269, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Permanente; Instrução Normativa nº 270, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Ativa; Instrução Normativa nº 271, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Passivo Exigível; Instrução Normativa nº 272, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Patrimônio Líquido; Instrução Normativa nº 273, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Credor; Instrução Normativa nº 275, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Passiva.

Em complemento, na data de 27/10/2022 o Banco Central do Brasil divulgou a Instrução Normativa BCB nº 315, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Devedor, em substituição à Instrução Normativa BCB nº 274 de 1/4/2022.

Lei Complementar nº 196, de 24 de agosto de 2022: a norma altera a Lei Complementar nº 130 de 17/4/2009, integrando as confederações de serviço constituídas por cooperativas centrais de crédito no Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e entre as instituições sujeitas a autorização e normatização do Banco Central do Brasil; define o tratamento das perdas, no caso de incorporação; expande o campo de aplicação dos recursos destinados ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES; qualifica as quotas de capital como impenhoráveis e permite que os saldos de capital, de remuneração de capital e de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos sejam revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, após decorridos 5 (cinco) anos do processo de desligamento. Os impactos foram avaliados e concluiu-se necessária a adequação de normatizações internas, cujo processo de elaboração e divulgação já está em andamento.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revoga a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda.

A mensuração dos impactos se dará através da análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento. Para aqueles em que não seja identificada perda provável, a reversão será indispensável. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.



O estudo acerca das ações necessárias para atender o normativo foram iniciadas, porém aguarda novas instruções a serem emitidas pelo Banco Central do Brasil. Este normativo entra em vigor em 1º de março de 2023.

Resolução CMN nº 5.051, de 25 de novembro de 2022: dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. Em suma, consolida em ato normativo único sobre práticas atribuíveis às cooperativas filiadas, cooperativas centrais e confederações de crédito.

Apesar dessa conclusão prévia, o normativo está sendo analisado pela cooperativa e, em caso de alterações nas práticas adotadas, esses impactos serão considerados até a data de sua vigência. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência começa em 1º/1/2022.

Iniciou-se a avaliação dos impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025, os quais serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022 e Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº

4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, tratados em separado nos normativos supracitados.

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

O SICOOB FRUTAL contribui de forma responsável e atende a todos os protocolos de segurança a fim de evitar a propagação do Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

Embora o desaquecimento econômico, consequência das ações adotadas para conter a pandemia da Covid-19, tenha atingido diversos segmentos empresariais no Brasil e no mundo, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com o auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

+++++

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de renda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão

demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, como aplicável; e Participações de Cooperativas, registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “pro rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais esta-

+



belecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Representam aplicações de recursos em participações em coligadas, controladas ou controladas em conjunto sujeitas à autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil, bem como em outras instituições.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto

quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro rata die”.

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as

melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz. u) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do

Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a database do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2022 não existiam indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

y) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes



Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

z) Instrumentos Financeiros

O SICOOB FRUTAL opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

aa) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e

- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e depósitos bancários	2.322.491,66	1.857.939,42
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a)	164.945.982,79	87.366.721,92
TOTAL	167.268.474,45	89.224.661,34

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS como determinado no art. 17, da Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos períodos de 31 de dezembro de 2022 e de 2021, registrados em contrapartida à receita de “Ingressos de Depósitos Intercooperativos”, foram respectivamente:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendimentos da Centralização Financeira	9.534.118,61	15.287.432,98	4.710.312,25

5. Títulos e Valores Mobiliários

a) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as participações de cooperativas estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Participação em Cooperativa Central de Crédito	0,00	9.998.484,76	0,00	0,00
Participação em Instituição Financeira Controlada por Cooperativa de Crédito	0,00	112.284,44	0,00	0,00
TOTAL (a)	0,00	10.110.769,20	0,00	0,00

(a) A partir de 1º/7/2022 os saldos de Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP, passaram a compor o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Instrução Normativa BCB nº 269/2022. Essas participações são registradas pelo valor do custo de aquisição, conforme a Resolução CMN nº 4.817/2020.

6. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

+

Descrição	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	95.108.479,23	86.246.646,11	181.355.125,34	78.530.469,49	66.202.798,16	144.733.267,65
Financiamentos	16.236.559,94	33.396.406,71	49.632.966,65	10.960.294,69	22.909.424,86	33.869.719,55
Financiamentos Rurais	43.868.485,87	63.555.445,78	107.423.931,65	23.527.003,55	51.092.599,97	74.619.603,52
Total de Operações de Crédito	155.213.525,04	183.198.498,60	338.412.023,64	113.017.767,73	140.204.822,99	253.222.590,72
(-) Provisões para Operações de Crédito	(7.736.829,93)	(7.914.909,71)	(15.651.739,64)	(4.842.918,01)	(5.979.298,38)	(10.822.216,39)
TOTAL	147.476.695,11	175.283.588,89	322.760.284,00	108.174.849,72	134.225.524,61	242.400.374,33

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível/ Percentual de Risco / Situação	Empréstimo /TD	Financia- mentos	Financiamen- tos Rurais	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
AA 0,5% Normal	15.840.266,63	2.794.696,89	40.839.889,59	59.474.853,11	0,00	42.242.857,70	0,00
A 1% Normal	42.296.749,60	14.389.861,89	44.446.974,74	101.133.586,23	(505.668,10)	88.046.135,23	(440.230,25)
B 1% Normal	62.700.671,87	16.487.130,31	18.731.811,04	97.919.613,22	(979.196,31)	64.445.352,38	(644.453,09)
B 3% Vencidas	414.594,93	50.460,78	0,00	465.055,71	(4.650,74)	116.073,95	(1.160,31)
C 3% Normal	36.570.155,32	11.468.307,44	2.631.135,49	50.669.598,25	(1.520.088,13)	39.774.635,53	(1.193.238,64)
C 10% Vencidas	840.447,70	105.577,58	0,00	946.025,28	(28.380,94)	705.240,07	(21.156,77)
D 10% Normal	7.938.596,13	2.856.508,57	400.892,95	11.195.997,65	(1.119.599,95)	6.108.702,85	(610.869,86)
D 30% Vencidas	883.748,67	172.506,49	14.728,44	1.070.983,60	(107.098,54)	333.201,46	(33.319,72)
E 30% Normal	1.844.643,92	321.814,07	57.916,25	2.224.374,24	(667.312,45)	2.092.992,02	(627.897,17)
E 50% Vencidas	899.524,31	72.058,40	0,00	971.582,71	(291.474,99)	821.274,33	(246.381,86)
F 50% Normal	1.059.854,97	348.101,86	0,00	1.407.956,83	(703.978,60)	883.415,12	(441.707,12)
F 70% Vencidas	780.068,29	44.946,96	0,00	825.015,25	(412.507,81)	738.114,71	(369.056,92)
G 70% Normal	1.601.176,80	28.074,00	29.821,60	1.659.072,40	(1.161.350,86)	1.778.603,98	(1.245.022,35)
G 100% Vencidas	928.786,36	64.137,52	0,00	992.923,88	(695.046,94)	627.562,03	(439.292,97)
H 100% Normal	2.861.615,08	205.069,75	196.180,98	3.262.865,81	(3.262.865,81)	2.332.867,34	(2.332.867,34)
H 100% Vencidas	3.894.224,76	223.714,14	74.580,57	4.192.519,47	(4.192.519,47)	2.175.562,02	(2.175.562,02)
Total Normal	172.713.730,32	48.899.564,78	107.334.622,64	328.947.917,74	(9.920.060,21)	247.705.562,15	(7.536.285,82)
Total Vencidas	8.641.395,02	733.401,87	89.309,01	9.464.105,90	(5.731.679,43)	5.517.028,57	(3.285.930,57)
Total Geral	181.355.125,34	49.632.966,65	107.423.931,65	338.412.023,64	(15.651.739,64)	253.222.590,72	(10.822.216,39)
Provisões	(13.117.217,39)	(1.695.461,49)	(839.060,76)	(15.651.739,64)		(10.822.216,39)	
Total Líquido	168.237.907,95	47.937.505,16	106.584.870,89	322.760.284,00		242.400.374,33	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	29.406.644,89	65.701.834,34	86.246.646,11	181.355.125,34
Financiamentos	4.294.426,59	11.942.133,35	33.396.406,71	49.632.966,65
Financiamentos Rurais	10.122.716,01	33.745.769,86	63.555.445,78	107.423.931,65
TOTAL	43.823.787,49	111.389.737,55	183.198.498,60	338.412.023,64

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2022	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	19.982.638,80	3.606.602,64	5.830.285,73	29.419.527,17	8,69%
Setor Privado - Indústria	13.593.905,04	1.463.633,68	0,00	15.057.538,72	4,45%
Setor Privado - Serviços	34.992.110,49	15.451.734,32	0,00	50.443.844,81	14,91%
Pessoa Física	112.135.340,89	28.799.554,81	101.593.645,92	242.528.541,62	71,67%
Outros	651.130,12	311.441,20	0,00	962.571,32	0,28%
TOTAL	181.355.125,34	49.632.966,65	107.423.931,65	338.412.023,64	100,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	10.822.216,39	6.608.360,50
Constituições/ Reversões no período	9.199.915,75	6.109.455,95
Transferência para prejuízo no período	(4.370.392,50)	(1.895.600,06)
Saldo Final	15.651.739,64	10.822.216,39

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Devedor	8.374.762,10	2,34%	6.975.177,66	2,62%
10 Maiores Devedores	63.183.884,63	17,69%	44.693.168,67	16,77%
50 Maiores Devedores	142.159.494,70	39,80%	110.645.878,03	41,51%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	12.521.275,96	12.521.275,96
Valor das operações transferidas no período	5.488.663,94	5.488.663,94
Valor das operações recuperadas no período	(418.145,63)	(418.145,63)
Valor das operações renegociadas no período	(911.898,91)	(911.898,91)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(26.087,79)	(26.087,79)
Saldo Final	16.653.807,57	16.653.807,57

Para fins de apuração dos valores de movimentação de saldos em prejuízo, são considerados os lançamentos decorrentes de operações de crédito e de operações de outros créditos.

7. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:



Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	1.861.652,21	0,00	864.275,86	0,00
Rendas a Receber (b)	2.380.809,20	0,00	994.503,78	0,00
Devedores por Compra de Valores e Bens (c)	126.000,00	304.500,00	51.073,33	0,00
Títulos e Créditos a Receber (d)	105.624,08	0,00	52.540,78	0,00
Devedores por Depósitos em Garantia (e)	0,00	1.405.419,60	0,00	1.258.211,18
TOTAL	4.474.085,49	1.709.919,60	1.962.393,75	1.258.211,18

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da Cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas de Convênios (R\$ 14.244,26); Rendas de Cartões (R\$ 355.532,75); Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central (R\$ 1.964.924,90); e outros (R\$ 46.107,29);

(c) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou Ativos não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos;

(d) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R\$ 105.624,08);

(e) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para: Pis Folha (R\$ 511.483,96); Cofins (R\$ 733.547,43); e outros (R\$ 160.388,21).

7.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(1.376.630,48)	0,00	(647.466,49)	0,00
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	(1.260,00)	(3.045,00)	(51.073,33)	0,00
TOTAL	(1.377.890,48)	(3.045,00)	(698.539,82)	0,00

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível/Percentual de Risco / Situação	Outros Créditos	Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
B 1% Normal	0,00	0,00	430.500,00	430.500,00	(4.305,03)	0,00	0,00
E 30% Vencidas	0,00	438.220,08	0,00	438.220,08	(131.466,06)	162.254,32	(48.676,36)
F 50% Vencidas	0,00	251.459,75	0,00	251.459,75	(125.729,92)	149.381,40	(74.690,76)
G 70% Vencidas	0,00	175.126,46	0,00	175.126,46	(122.588,55)	95.135,99	(66.595,22)
H 100% Vencidas	0,00	996.845,92	0,00	996.845,92	(996.845,92)	508.577,48	(508.577,48)
Total Normal	0,00	0,00	430.500,00	430.500,00	(4.305,03)	0,00	0,00
Total Vencidos	0,00	1.861.652,21	0,00	1.861.652,21	(1.376.630,45)	915.349,19	(698.539,82)
Total Geral	0,00	1.861.652,21	430.500,00	2.292.152,21	(1.380.935,48)	915.349,19	(698.539,82)
Provisões	0,00	(1.376.630,48)	(4.305,00)	(1.380.935,48)		(698.539,82)	
Total Líquido	0,00	485.021,73	426.195,00	911.216,73		216.809,37	

8. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições a Compensar	392.351,20	392.351,20	179.981,73	0,00
TOTAL	392.351,20	392.351,20	179.981,73	0,00

9. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	18.756,55	0,00	159.432,80	0,00
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	40.198,80	0,00	36.600,35	0,00
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	58.164,41	0,00	6.500,00	0,00
Devedores Diversos – País (a)	6.964,16	0,00	114.849,57	0,00
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Próprios	0,00	0,00	1.690.550,13	0,00
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (b)	45.024,57	3.049.605,02	3.810.205,79	0,00
Despesas Antecipadas (c)	262.265,93	0,00	262.981,47	0,00
TOTAL	431.374,42	3.049.605,02	6.081.120,11	0,00

(a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R\$ 5.086,12); Pendências a Regularizar – Banco Sicoob (R\$ 1.052,98); e outros (R\$ 825,06);

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

Descrição	% Carteira Total	31/12/2022	31/12/2021
Imobilizado em Curso (a)		3.700,00	1504.123,62
Terrenos		533.753,38	493.753,38
Edificações	4%	376.360,48	363.960,48
Instalações	10%	2.534.176,25	1.988.732,31
Móveis e equipamentos de Uso	10%	2.432.169,73	1.496.845,46
Sistema de Processamento de Dados	20%	2.220.614,93	2.255.962,68
Sistema de Segurança	10%	583.240,57	561.821,42
Sistema de Transporte	20%	326.087,38	156.087,38
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		499.320,70	214.184,79
Total de Imobilizado de Uso		9.509.423,42	8.035.471,52
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(244.452,07)	(229.810,89)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(914.341,98)	(708.238,67)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(2.507.250,53)	(2.112.316,06)
(-) Depreciação Acum. Veículos		(172.781,98)	(138.370,69)
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		(32.006,49)	(14.278,97)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(3.870.833,05)	(3.203.015,28)
TOTAL		5.638.590,37	4.832.456,24

10. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Participação em Cooperativa Central De Crédito	0,00	8.766.658,69
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito	0,00	72.516,25
TOTAL (a)	0,00	8.839.174,94

(a) Em atendimento a Resolução CMN nº 4.817/2020 e Instrução Normativa BCB nº 269/2022, as Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo MEP, foram reclassificadas do grupo de Investimentos para o grupo de Títulos e Valores Mobiliários em 1º/7/2022.

11. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o imobilizado de uso estava assim composto:

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

12. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósito à Vista (a)	86.301.496,45	0,00	130.041.860,44	0,00
Depósito a Prazo (b)	145.832.571,43	0,00	76.911.165,05	50.197,22
TOTAL	232.134.067,88	0,00	206.953.025,49	50.197,22

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “pro rata temporis”; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na



data da demonstração financeira, pelas despesas apropriadas registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em “Dispêndios de captação no mercado”.

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Depositante	46.891.111,14	13,17%	8.157.310,59	3,58%
10 Maiores Depositantes	126.275.538,75	35,48%	49.940.541,53	21,90%
50 Maiores Depositantes	187.436.937,07	52,66%	97.113.099,79	42,59%

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Depósitos a Prazo	(7.655.432,92)	(12.877.161,84)	(4.071.904,60)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(5.163.953,41)	(6.870.799,31)	(761.550,95)
Despesas de Letras de Crédito do Imobiliário	(62.464,22)	(65.991,30)	(188,70)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(227.726,64)	(408.890,76)	(336.497,81)
TOTAL	(13.109.577,19)	(20.222.843,21)	(5.170.142,06)

13. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004) e às Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021,

estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário - LCI	10.120.590,18	0,00	30.045,90	0,00
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA	113.992.739,40	1.115.310,58	20.766.014,26	862.234,23
TOTAL	124.113.329,58	1.115.310,58	20.796.060,16	862.234,23

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 12.d - Depósitos - Despesas com operações de captação de mercado.

14. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostos:

a) Repasses Interfinanceiros:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do Banco Sicoob	15.644.586,02	34.001.152,08	8.707.850,82	26.174.351,10
TOTAL	15.644.586,02	34.001.152,08	8.707.850,82	26.174.351,10

As taxas de juros praticadas nas operações interfinanceiras com o Banco Sicoob correspondem a uma média de 6,59% ao ano, com vencimento até 22/09/2031.

b) Despesas de Operações de Empréstimos

+

mos e Repasses:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(1.413.436,39)	(2.488.405,59)	(1.256.103,42)
Cooperativa Central	(88.817,35)	(499.948,36)	0,00
TOTAL	(1.502.253,74)	(2.988.353,95)	(1.256.103,42)

15. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos em Trânsito de Terceiros(a)	1.082.209,03	0,00	33.052,32	0,00
Obrigações por Aquisição de Bense Direitos	7.574,35	0,00	117.150,40	0,00
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados(b)	106.821,06	0,00	275.616,92	0,00
TOTAL	1.196.604,44	0,00	425.819,64	0,00

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros temos registrados os valores a repassar relativos a Convênio de Energia Elétrica e Gás (R\$ 54.874,84); Ordens de Pagamento (R\$ 1.026.788,56); e outros (R\$ 545,63);

(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito – IOF (R\$ 95.413,46); Municipais (R\$ 7.999,46); e outros (R\$ 3.408,14).

16. Provisões

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas(a)	811.014,07	37.897,52	472.921,90	63.854,55
Provisão Para Contingências(b)	272.922,60	1.338.105,74	0,00	1.333.438,78
TOTAL	1.083.936,67	1.376.003,26	472.921,90	1.397.293,33

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa era responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Coobrigações Prestadas	29.853.661,55	19.664.595,09
TOTAL	29.853.661,55	19.664.595,09

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Provisão para Demandas Judiciais	Demandas Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Demandas Judiciais
PISFOLHA	517.282,80	511.483,96	443.401,92	439.362,68
COFINS	733.547,43	733.547,43	674.334,41	674.334,41
Outras Contingências	360.198,11	160.388,21	215.702,45	144.514,09
TOTAL	1.611.028,34	1.405.419,60	1.333.438,78	1.258.211,18

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB FRUTAL, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 1.565.711,94. Essas ações abrangem, basicamente, pro-



cessos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

17. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições/ Serviços de Terceiros	28.443,77	0,00	36.325,84	0,00
Impostos e Contribuições sobre Salários	337.081,12	0,00	258.807,50	0,00
Outros	267.442,54	0,00	126.111,18	0,00
TOTAL	632.967,43	0,00	421.244,52	0,00

18. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Sociais e Estatutárias (a)	4.043.310,54	0,00	4.222.466,47	0,00
Cheques Administrativos	0,00	0,00	991.179,48	0,00
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (b)	529.594,78	0,00	552.296,87	0,00
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (c)	1.450.031,96	0,00	1.405.527,56	0,00
Credores Diversos - Países (d)	752.661,31	0,00	1.820.137,28	0,00
TOTAL	6.775.598,59	0,00	8.991.607,66	0,00

(a) A seguir, a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhes:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Participações nas Sobras (a.1)	203.400,53	0,00	411.289,49	0,00
Gratificações e Participações a Pagar	0,00	0,00	100.358,52	0,00
Cotas de Capital a Pagar (a.2)	1.642.137,72	0,00	2.491.628,40	0,00
FATES- Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.3)	2.197.772,29	0,00	1.219.190,06	0,00
TOTAL	4.043.310,54	0,00	4.222.466,47	0,00

(a.1) Consubstanciada pela Lei 10.101/2000 e por convenção coletiva, a Cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados nas sobras;

(a.2) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.3) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada através de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.

(c) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registrados Despesas de Pessoal (R\$ 694.907,57); Custos de Transações Interfinanceiras (R\$ 13.138,78); Seguro Prestamista (R\$ 431.285,74); Despesas com Cartões (R\$ 69.569,07); e outros (R\$ 241.130,80);

(d) Os saldos em Credores Diversos - Países referem-se a Pendências a Regularizar Banco Sicoob (R\$ 1.086,65); Valores a Repassar à Cooperativa Central (R\$ 61.287,14); Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação (R\$ 16.500,77); Créditos de Terceiros – Ativos Não Financeiros Mantidos

para Venda (R\$ 591.006,32); e outros (R\$ 82.780,43). 19. 5.764/1971.

Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No ano de 2022, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 2.710.627,00 com recursos do Sicoob Cotas Partes.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Capital Social	44.572.802,92	41.224.963,66
Associados	11.381	10.041

b) Fundo de Reserva

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

No período de 2022 os saldos de capital, de remuneração de capital ou de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos após decorridos 5 (cinco) anos da demissão, da eliminação ou da exclusão foram revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, conforme Lei Complementar nº 196/2022, totalizando R\$ 814.421,54.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do

CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 2022 em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 da seguinte forma:

• 100% para os associados, no valor de R\$ 2.797.085,35.

d) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Sobra líquida do exercício	17.167.140,79	11.097.406,41
(-) Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos destinado ao FATES	(535.532,63)	(264.593,89)
(+) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários	408.979,80	0,00
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	17.040.587,96	10.832.812,52
(-) Destinação para o Fundo de Reserva	(11.928.411,57)	(7.582.968,77)
(-) Destinação para o FATES - atos cooperativos	(852.029,40)	(541.640,63)
(+) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários	0,00	88.882,23
Sobra à disposição da Assembleia Geral	4.260.146,99	2.797.085,35

A partir do exercício de 2021 a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

e) Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado em percentual limitado a 100% da taxa referencial Selic para o exercício de 2022, no montante de R\$ 2.562.108,56. Os critérios para o pagamento obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020.

20. Resultado de Atos Não Cooperativos



São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o resultado de atos não cooperativos possuía a seguinte composição:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Receita de prestação de serviços	4.228.072,79	3.893.756,40
Despesas específicas de atos não cooperativos	(754.430,04)	(521.559,74)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(941.736,20)	(1.289.487,57)
Resultado operacional	2.531.906,55	2.082.709,09
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	216.590,60	(67.314,93)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.748.497,15	2.015.394,16
IRPJ/CSLL	(100.277,07)	(124.858,19)
Deduções - Res. Sicoob 129/16 e Res. 145/16	(2.112.687,45)	(1.625.942,09)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	535.532,63	264.593,89

21. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	63.903,03	128.516,72	126.670,80
Rendas de Empréstimos	17.147.010,63	29.581.411,61	16.888.843,19
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	354.077,31	667.145,16	867.403,88
Rendas de Financiamentos	3.099.160,89	5.400.045,37	3.161.001,88
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	4.364.700,55	7.185.846,18	3.319.737,39
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	221.863,83	384.155,65	301.495,03
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	475.307,06	993.602,64	740.494,36
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	838.931,72	1.334.367,79	2.075.737,09
TOTAL	26.564.955,02	45.675.091,12	27.481.383,62

22. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas De Captação	(13.109.577,19)	(20.222.843,21)	(5.170.142,06)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(1.502.253,74)	(2.988.353,95)	(1.256.103,42)
Prejuízos em Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	0,00	0,00	(109.588,10)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	4.372.318,67	6.884.544,69	3.414.291,42
Reversões de Provisões para Outros Créditos	53.704,00	135.063,46	92.710,61
Provisões para Operações de Crédito	(8.687.627,84)	(16.084.320,05)	(9.523.767,15)
Provisões para Outros Créditos	(1.242.085,50)	(1.937.169,82)	(1.008.314,37)
TOTAL	(20.115.521,60)	(34.213.078,88)	(13.560.913,07)

23. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Cobrança	229.918,29	470.615,32	456.869,14
Rendas de Transferências de Fundos	0,00	0,00	14.061,72
Rendas de Convênios	84.359,49	176.395,18	176.376,45
Rendas de Comissão	1.543.101,18	2.888.114,42	2.451.138,53
Rendas de Credenciamento	3.434,55	6.219,92	3.773,85
Rendas de Cartões	671.380,55	1.233.424,30	1.195.060,95
Rendas de Outros Serviços	173.591,97	340.198,47	292.574,26
TOTAL	2.705.786,03	5.114.967,61	4.589.854,90

24. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	1.235.935,00	2.405.935,00	1.670.193,09
Rendas de Serviços Prioritários - PF	182.569,50	350.870,50	272.588,40
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	29.940,00	61.909,00	78.506,96
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	781.122,40	1.500.916,53	1.128.243,31
TOTAL	2.229.566,90	4.319.631,03	3.149.531,76

25. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(270.345,99)	(343.567,29)	(119.447,07)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(784.057,82)	(1.731.113,65)	(1.437.116,35)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(1.197.122,64)	(2.206.592,26)	(1.904.321,48)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(877.186,77)	(1.672.955,76)	(1.327.463,02)
Despesas de Pessoal - Proventos	(1.875.320,92)	(3.582.935,23)	(2.925.365,05)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(1.117,00)	(1.117,00)	(1.444,87)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(174.288,03)	(345.453,99)	(144.082,94)
TOTAL	(5.179.439,17)	(9.883.735,18)	(7.859.240,78)

26. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Água, Energia e Gás	(99.185,86)	(220.905,87)	(252.904,70)
Despesas de Aluguéis	(200.973,41)	(380.192,33)	(331.716,06)
Despesas de Comunicações	(204.493,96)	(406.091,22)	(375.006,31)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(165.614,19)	(292.031,38)	(243.818,31)
Despesas de Material	(46.147,91)	(94.163,10)	(96.890,82)
Despesas de Processamento de Dados	(488.476,47)	(951.951,51)	(839.014,91)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(253.505,24)	(318.082,87)	(101.005,10)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(25.045,63)	(38.494,63)	(45.010,45)
Despesas de Publicações	(400,00)	(2.800,00)	(1.080,00)
Despesas de Seguros	(106.384,11)	(200.717,36)	(58.357,08)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(760.503,10)	(1.526.554,07)	(1.297.558,36)
Despesas de Serviços de Terceiros	(428.721,53)	(559.915,42)	(318.622,27)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(228.216,17)	(527.181,85)	(568.123,45)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(205.448,09)	(374.349,47)	(480.835,16)
Despesas de Transporte	(94.639,53)	(215.968,59)	(207.060,31)
Despesas de Viagem no País	(149.084,84)	(195.016,52)	(75.459,34)
Despesas de Depreciação	(438.283,77)	(838.787,71)	(694.447,91)
Despesas de Rateio da Central	(357.622,77)	(665.743,88)	(631.234,09)
Despesas de Rateio do Sicoob Confederação	(94.817,94)	(187.461,32)	(167.789,40)
Outras Despesas Administrativas	(366.464,21)	(659.370,87)	(583.630,56)
TOTAL	(4.714.028,73)	(8.655.779,97)	(7.369.564,59)

27. Dispêndios e Despesas Tributárias

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas Tributárias	(11.982,48)	(21.631,77)	(38.916,94)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(92.804,06)	(174.907,52)	(168.368,29)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(92.312,36)	(169.122,91)	(155.750,26)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(15.000,74)	(27.482,36)	(25.294,11)
TOTAL	(212.099,64)	(393.144,56)	(388.329,60)

28. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Recuperação de Encargos e Despesas	98.697,90	358.105,07	344.296,15
Dividendos	0,00	12.650,90	2.766,61
Distribuição de sobras da central	0,00	232.582,51	190.081,41
Atualização depósitos judiciais	86.569,34	110.247,04	21.751,91
Rendas de Repasses Interfinanceiros	195,60	787,94	4.567,25
Outras rendas operacionais	139.978,44	286.753,27	158.301,97
Rendas oriundas de cartões de crédito e aquisição	1.462.853,96	2.548.729,50	2.127.000,72
Juros ao Capital Recebidos da Central	1.099.231,27	1.099.231,27	316.157,12
TOTAL	2.887.526,51	4.649.087,50	3.164.923,14

29. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(39.096,52)	(45.317,12)	(17.335,31)
Outras Despesas Operacionais	(106.662,52)	(175.394,37)	(202.319,78)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(968,92)	(30.818,17)	(115.316,98)
Outras Contribuições Diversas	(34.284,14)	(140.086,06)	(87.129,67)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	0,00	0,00	(73.936,54)
Perdas - Fraudes Externas	0,00	0,00	(3.974,90)
Perdas - Demandas Trabalhistas	0,00	(11.852,44)	(2.529,22)
Perdas - Práticas Inadequadas			
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	0,00	0,00	(2.814,01)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	0,00	(3.022,77)	0,00
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(203.723,10)	(408.979,80)	(88.882,23)
TOTAL	(488.276,90)	(975.146,51)	(688.269,20)

30. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Provisões/Reversões para Contingências	(238.823,74)	(278.502,52)	590.301,38
Provisões para Contingências	(373.004,14)	(412.682,92)	(133.543,07)
Reversões de Provisões para Contingências	134.180,40	134.180,40	723.844,45
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(106.957,95)	(312.135,14)	(262.112,78)
Provisões para Garantias Prestadas	(633.231,82)	(1.223.450,42)	(704.022,21)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	526.273,87	911.315,28	441.909,43
TOTAL	(345.781,69)	(590.637,66)	328.188,60

31. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Lucros em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	253.449,87	253.449,87	221.073,23
Lucro em Transações com Outros Valores De Bens	7.160,70	7.942,84	0,00
Ganhos de Capital	4.203,89	16.200,74	9.040,68
Outras Rendas Não Operacionais	0,00	17.851,50	7.463,92
(-) Prejuízos em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	(39.750,00)	(39.750,00)	(224.435,22)
(-) Prejuízos em Transações com Outros Valores De Bens	(484,95)	(12.820,04)	0,00
(-) Perdas de Capital	(148,06)	(152,72)	(4.756,87)
(-) Outras Despesas Não Operacionais	0,00	(26.131,59)	(75.700,67)
TOTAL	224.431,45	216.590,60	(67.314,93)

32. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

33. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

33.1 Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.



a) **Montante das operações ativas e passivas:**

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2022:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira	Provisão de Risco
P.R. - Vínculo de Grupo Econômico	42.334,89	Total 0,0110%	5.212,28
P.R. - Sem vínculo de Grupo Econômico	1.445.674,74	0,3744%	4.536,62
TOTAL	1.488.009,63	0,3854%	9.748,90
Montante das Operações Passivas	6.004.379,56	0,9311%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2022	
Empréstimos e Financiamentos	0,0305%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,0084%
Crédito Rural (modalidades)	0,4861%
Aplicações Financeiras	0,9311%

b) **Operações ativas e passivas:**

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31 de dezembro de 2022:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	437,31	17,66	0,0114%
Conta Garantida	212,91	149,04	0,0107%
Financiamentos Rurais	2.721.172,84	3.984,36	2,5331%
Empréstimos	52.911,93	4.754,25	0,0306%
Financiamentos	182.627,31	5.285,57	0,3680%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	389.799,09	0,4547%	1,0838%
Depósitos a Prazo	1.663.619,76	1,1408%	1,0675%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	2.604.063,42	2,2623%	0,9854%
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	152.956,16	1,5113%	

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural - RPL, crédito rural - repasses, empréstimos, entre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Empréstimos	1,7777%	23,32
Financiamentos	0,9533%	42,23
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	89,9143%	54,31
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	1,0513%	12,16
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	1,0671%	7,33

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	8.301.732,19
Empréstimos	436.681,81
Financiamentos	568.767,66

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2022	31/12/2021
Beneficiários de Outras Coobrigações	297.671,43	202.842,22

f) Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
INSS Diretoria/Conselheiros	(225.486,71)	(429.978,88)	(326.301,51)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(784.057,82)	(1.731.113,65)	(1.437.116,35)
FGTS Diretoria	(40.783,45)	(79.580,27)	(52.172,14)
Plano de Saúde	(20.508,54)	(39.853,28)	(15.532,65)

33.2 Cooperativa Central

A SICOOB FRUTAL, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiada à SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB FRUTAL responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

a) Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CREDIMINAS:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	164.945.982,79	87.366.721,92
Ativo - Investimentos	0,00	8.766.658,69
Ativo - Participações de Cooperativas	9.998.484,76	0,00
Total das Operações Ativas	174.944.467,55	96.133.380,61

b) Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CREDIMINAS:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	9.534.118,61	15.287.432,98	4.710.312,25
Total das Receitas	9.534.118,61	15.287.432,98	4.710.312,25
Rateio de Despesas da Central	(357.622,77)	(665.743,88)	(631.234,09)
Total das Despesas	(357.622,77)	(665.743,88)	(631.234,09)

34. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de referência (PR)	90.430.183,33	73.737.964,99
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	338.725.112,00	249.065.996,96
Índice de Basileia (mínimo 12%) % (a)	26,70	29,61
Imobilizado para cálculo do limite	5.638.590,37	4.832.456,24
Índice de imobilização (limite 50%) %	6,24	6,55

(a) Em 31/12/2021 o índice mínimo era de 11% em razão da redação dada pela Resolução CMN 4.813/2020, e em 31/12/2022 voltou a ser de 12%.

35. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Contribuição Previdência Privada	(60.832,18)	(117.472,24)	(77.705,68)
TOTAL	(60.832,18)	(117.472,24)	(77.705,68)

36. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias,

que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de

apetite por riscos;

i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;

j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;

k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;

l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;

m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;

n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

36.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de



Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado;

+++++

c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;

d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;

e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;

f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);

g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;

h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;

i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);

j) resultado dos cenários de estresse.

Em complemento, são realizados testes de estresse da carteira bancária e de negociação, para avaliar a sensibilidade do risco a cenários de estresse.

36.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez,

aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:



- a.1) limite mínimo de liquidez;
- a.2) fluxo de caixa projetado;
- a.3) aplicação de cenários de estresse;
- a.4) definição de planos de contingência.
- b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
- c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse utilizando análise de cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

36.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para

todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

- a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

36.6 Gerenciamento de Capital

+++++

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência; adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

36.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a enti-

dade, provenientes da paralisação das atividades;

- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;

- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;

- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

37. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram



examinadas pelos nossos auditores independentes.

38. Plano Para a Implementação da Regulamentação Contábil Estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021

Em 25 de novembro de 2021, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução CMN nº 4.966/2021, que alterará os conceitos e critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, convergindo com os principais conceitos da norma internacional “IFRS 9 – Instrumentos Financeiros”.

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta norma registrados em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de elaboração de um plano de implementação. O referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração de todas as Cooperativas participantes do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob, durante o exercício de 2022.

a) Resumo do Plano de Implementação

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

Fase 1 - Avaliação (2022): Engloba atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar

no processo de avaliação;

Fase 2 - Desenho (2023): Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas.

Fase 3 – Desenvolvimento (2023/2024): Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de “DE-PARA” do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.

Fase 4 – Testes e Homologações (2024): Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;

Fase 5 – Atividades de transição (2024): Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos; Fase 6 – Adoção inicial (1º de janeiro de 2025): Adoção efetiva da norma.

FRUTAL-MG

HUMBERTO DE LIMA BARBOSA
DIRETOR OPERACIONAL

MARCELA TRINDADE DOS SANTOS
Diretora de Negócios

JESUS DE BARROS CAMARGOS
Diretor de Controle e Riscos

RUBENS MIGUEL PEREIRA
CONTADOR - CRC/MG 091.409/O-6

+++++

PARECER DA AUDITORIA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Frutal Ltda. - SICOOB FRUTAL, CNPJ: 71419600 Frutal - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Frutal Ltda. - SICOOB FRUTAL, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sigla em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a

evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa



base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos

opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Belo Horizonte/MG, 08 de fevereiro de 2023.

Elisângela de Cássia Lara
Contador CRC MG 086.574/O

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA REGIÃO DE FRUTAL LTDA – SICOOB FRUTAL, reunido em 10/02/2023, em cumprimento do art. 90 inciso IV, do Estatuto Social, afirma, para os devidos fins legais e estatutários, que procedeu minucioso exame nas demonstrações contábeis e o balanço patrimonial, relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Este Conselho Fiscal declara que, as demonstrações contábeis representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA REGIÃO DE FRUTAL LTDA – SICOOB FRUTAL, em 31 de dezembro de 2022.

Assim, somos favoráveis à aprovação das demonstrações financeiras relativas ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022.

Frutal/MG, 10 de fevereiro de 2023.

CONSELHEIROS FISCAIS EFETIVOS

Alexandra Souza Ferreira Teixeira
Coordenadora do Conselho Fiscal

José Luiz de Paula e Silva
Secretário do Conselho Fiscal - Efetivo

Júlio Cesar Leonel
Conselheiro Fiscal - Efetivo



AÇÕES 2022

DIA C 2022 – MOVIMENTO SOLIDÁRIO ALIMENTE E FORTALEÇA

Nos dias 22 e 23 de julho foi realizado o Drive Thru do Movimento Solidário Alimento e Fortaleça - Dia C.

A Cooperativa agradece a todos os voluntários e as pessoas que fizeram doações. Cada contribuição realizada fará a diferença aos que precisam!

A Campanha continuou até 31/07 e com os alimentos e dinheiro arrecadado, foram montadas diversas cestas básicas beneficiando diversas famílias e entidades nas comunidades em que o Sicoob Frutal está presente.



GIRO SICOOB AGRO

Entre os dias 17 e 20 de Setembro, o Sicoob realizou o “Giro Sicoob Agro” em Pirajuba, Comendador Gomes, Aparecida de Minas e Fronteira.

O evento em parceria com o SEBRAE, contou com a participação do consultor Eduardo Ramos, que apresentou diversos assuntos e dicas relacionadas a Gestão Rural e as Tendências do Agro. Esse tema torna-se a cada dia mais importante, uma vez que, o Agro é umas das principais atividades que movem a economia do país.

O Sicoob Frutal agradece a todos que estiverem presentes no evento e ao Sebrae pela parceria





SICOOB DESENVOLVE A 2ª EDIÇÃO DA CAMPANHA SICOOB EM AÇÃO

Entre os dias 20 e 30 de setembro, foi realizada pelo Sicoob Frutal a 2ª edição do “Sicoob em Ação”. O movimento resultou em mais de 1.300 visitas, onde as equipes de Aparecida de Minas, Comendador Gomes, Fronteira, Frutal e Pirajuba puderam disseminar o cooperativismo em nossa região. Além



disso, durante a ação foi possível esclarecer diversas dúvidas apresentadas pelos visitados e ainda prospectar novos negócios. A Cooperativa agradece a todos pela recepção e acolhimento durante as visitas. A Campanha foi um sucesso. Que venha a 3ª edição! Sicoob Frutal, mais que uma escolha financeira!



SICOOB FRUTAL É PREMIADO NO 42º MÉRITO EMPRESARIAL DA ACIF/CDL

No dia 27/08 o Sicoob Frutal esteve presente na Cerimônia de premiação do 42º Mérito Empresarial da ACIF/CDL. O Presidente Reginaldo Dias Machado e o Diretor Humberto de Lima Barbosa representaram a Cooperativa e receberam o troféu de destaque no Setor Bancário 2022.

Agradecemos a todos que escolheram o Sicoob Frutal como melhor Instituição Financeira. Esse reconhecimento nos motiva a permanecer sempre em busca de um atendimento personalizado e de excelência.

Reforçamos o compromisso de continuarmos trabalhando, contribuindo para o desenvolvimento da nossa comunidade e oferecendo as melhores soluções financeiras aos nossos cooperados!



Foto Oficial: ACIF/CDL

REALIZAÇÃO DO 1º MEETING DE LIDERANÇA FEMININA

Dia 26/10, foi realizado pelos parceiros Sebrae, Eleve, Sicoob Frutal e ACIF/CDL, o 1º Meeting Liderança Feminina em Frutal/MG. O evento foi composto por um bate papo com as empreendedoras Juliana Ribeiro e Betânia Moraes e ainda por uma palestra incrível com a Consultora Tatiana Miranda. Uma noite extraordinária, em que as mulheres puderam adquirir conhecimentos, desenvolver networking e compartilhar vários aprendizados. O Sicoob Frutal aproveita para parabenizar as mulheres por se destacarem cada vez mais no mercado e por serem tão especiais em tudo que fazem!





SICOOB FRUTAL É PACEIRO NO 14º PRÊMIO BRILHANTES NA EDUCAÇÃO

No dia 05/11 o Sicoob Frutal esteve presente no 14º Prêmio Brilhantes na Educação, realizado pela Loja Maçônica Caminhos De Jacques Demolay. A Cooperativa sempre apoia e valoriza a Educação, que é um dos pilares essenciais para transformação do mundo. É o ensino que possibilita o alcance de um futuro melhor! O Sicoob agradece a parceria e parabeniza todos os estudantes e educadores premiados, que se dedicam e buscam fazer a diferença em nossa sociedade!



Foto Oficial: Loja Maçônica Caminhos De Jacques Demolay



SICOOB SOLIDÁRIO 2022

O Sicoob Frutal adquiriu 200 cestas básicas e 400 litros de leite para tornar o final de ano da nossa comunidade mais especial.

Grande parte dessas cestas foram distribuídas em Frutal, na porta da UAD. O restante das cestas foram distribuídas em Pirajuba, Comendador Gomes, Ap. de Minas e Fronteira conforme critérios pre- estabelecidos.

O Conselho de Administração, através de

seu Presidente Reginaldo Dias Machado, agradece carinhosamente aqueles que, de uma forma ou de outra contribuíram para este gesto de solidariedade pré natalina.

Parabéns a todos os voluntários!

Gestos dessa natureza contribuem sobremaneira para a elevação espiritual das pessoas que empenharam em tão nobre tarefa.



+++++

SICOOB FRUTAL E SISTEMA OCEMG APRESENTAM PEÇA TEATRAL EM FRUTAL

No dia 17/11 o Sicoob Frutal em parceria com o Sistema Ocemg, realizou a peça teatral “Velório à Brasileira”, no anfiteatro da UEMG Frutal.

A apresentação faz parte do Projeto Coop Encena, que há 15 anos difunde as artes cênicas, a solidariedade e o cooperativismo, levando apresentações teatrais itinerantes para todos os cantos de Minas Gerais.

O presidente do Sicoob Frutal comentou sobre a ação. “A iniciativa de trazer o espetáculo para Frutal, surgiu pelo fato de que a região carece de atrações culturais. Além disso, como os ingressos foram trocados por dois quilos de alimentos, conseguimos arrecadar cerca de 600kg, os quais doamos metade para o Asilo Pio XII e outra parte para o “Centro Espírita Deus,

Amor e Caridade”, demonstramos também a nossa responsabilidade social, a intercooperação e o interesse pela comunidade.”

O presidente do Sicoob Frutal entrevistou a cooperada e diretora do Asilo Pio XII, Vânia Silveira de Freitas, para saber como a peça teatral foi recebida na cidade. “Gostei demais, ri bastante, foi ótimo para distrair e se tiver próximas, estarei presente. Foi muito bom saber sobre essa parceria fundamental do Sicoob com a OCEMG, a qual proporciona iniciativas como esta que beneficiam toda a comunidade e entidades como a nossa”.

A Cooperativa agradece a todos que estiveram presentes no teatro e a Ocemg pela parceria!

Que venha o próximo show de humor!



Sicoob Frutal - Unidade Administrativa

Av. Juscelino Kubitschek, 111
Fone: (34) 3429-3000

Sicoob Frutal - Agência Matriz

Praça da Matriz, 80. Centro
Fone: (34) 3429-3000

Sicoob Frutal - Agência CIAP

Rua Antônio Rodrigues de Souza, 405
Fone: (34) 3429-3000

Sicoob Frutal - Agência JK

Av. Juscelino Kubitschek, 189
Fone: (34) 3429-3000

Sicoob Pirajuba

Rua Cecinio Silva, 02. Centro
Fone: (34) 3429-3000

Sicoob Fronteira

Av. Abdo Jauid Féres, 394 A. Centro
Fone: (34) 3429-3000

Sicoob Aparecida de Minas

Rua Benedito de Deus, 291. Centro
Fone: (34) 3429-3000

Sicoob Comendador Gomes

Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 30. Centro
Fone: (34) 3429-3000



@sicoobfrutal



www.sicoob.com.br/web/sicoobfrutal



/sicoobfrutal